
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campus Ipolon: Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008, Londrina – PR.

Data: 24 de abril de 2019.

1 Aos 24 dias do mês de abril de dois mil e dezenove foi realizada reunião ordinária
2 deste Conselho de Assistência Social, no **Campus Ipolon: Rua Alagoas, 2015 -**
3 **Centro, sala 1008**, Londrina – PR. Estiveram presentes o (a) s seguintes conselheiro
4 (a)s: Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Aurélio Caetano da Silva, Paulo Sergio Aragão,
5 Renata Gomes Simões, Sara Elaine Oliveira Alexius, Maria Ines Louro, Gisélia
6 Duarte Dias Paulino, Luciana Ferreira Alvarez, Marina B. de Andrade, Maria Ângela
7 Santini, Cláudio Roberto Rufino, Cassinéia Caberlin, Caroline Tomaz Sakakura,
8 Juliana Rodrigues da Cruz Santos, Paulo Roberto Líbano de Paula, Claudio Marcio
9 de Melo, Carlos Roberto da Cruz, Luana Garcia Campos, Adriana Martinelli
10 Casagrande, Edna Luiza dos Santos, Ângela Maria Zechim Luziano da Silva, Denise
11 Maria Fank de Almeida, Aldeneide Fernandes da Silva, Zilma Angélica da Silva,
12 Priscila Aparecida da Silva, Leonardo Aparecido Gomes. Estiveram presentes
13 também os seguintes participantes: Ana Maria Nascimento – SMAS/ GGMA, Neiva
14 Maria Telles Lopes – Morada de Deus, Renata Silva de Oliveira – Casa Acolhedora
15 (SCFV), Adriana Fábria Loganini – Associação Flávia Cristina, Elza Coutinho
16 Gregoris – Adevilon, Silvana Cristina Rodrigues – SMAS, Andressa Suntak –
17 Meprovi, Jovelina T. Vitorello, Maria Cristina Bagantim Gomes – Casa do Caminho,
18 Janaina Arruda Messias – ESPRO, Mariara Pelozo Coluceni - Estagiaria de Serviço
19 Social SMPM, Flavia Josiane Motta - CMAS Estagiaria de Serviço Social. A
20 Conselheira Marina Bertonccini, segunda secretária, presidiu a reunião e justificou a
21 ausência da Presidente Neusa e demais conselheiros: Priscila Aparecida da Silva,
22 Edna Luiza dos Santos, Denise Fank e Paulo Aragão, que estavam participando de
23 reunião com Secretaria Municipal de Gestão Pública para tratar de assunto referente a
24 contratação do serviço de buffet para servimento de almoço na XIII-Conferência
25 Municipal de Assistência Social. Na sequência, Marina Bertonccini, apresentou a
26 pauta para conhecimento e deliberação da plenária, conforme segue: **1-** Apresentação
27 da pauta; **2-** Aprovação das Atas de reunião dos dias 10 e 16 de abril de 2019; **3-**
28 Organização do Processo Conferencial da XIII Conferência Municipal de Assistência
29 Social; **4-** Destinação de Emenda Parlamentar n° 28410007- Deputado Edmar
30 Arruda; **5-** Apresentação da metodologia para análise dos Planos e Relatórios de
31 atividades, visando manutenção da Inscrição no CMAS; **6-** Relato de comissões; 6.1.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

32 Comissão de fundos; 7- Informes. A pauta foi aprovada, com inserção do seguinte
33 ponto: Proposta de abertura de superávit financeiro de recursos externos. Com relação
34 as atas, a secretaria do Conselho informou que não havia conseguido finalizar as
35 mesmas, ficando para aprovação na próxima reunião ordinária deste conselho.
36 **Apresentação da metodologia para análise dos Planos e Relatórios de atividades,**
37 **visando manutenção da Inscrição no CMAS:** Ana Maria Nascimento,
38 representante da Gerencia de Monitoramento e Avaliação e Gestora de parceria da
39 Secretaria Municipal de Assistência Social, explicou o processo de trabalho das
40 gestoras, no acompanhamento em função da parceria das OCSs que possuem termo
41 de colaboração com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Após explicar todo
42 o processo de trabalho das Gestoras de Parceria, Ana Maria, pontuou que foi
43 elaborado o relatório conclusivo final das parcerias, porém não foi homologado pela
44 comissão de monitoramento e avaliação designada conforme Decreto Municipal
45 1210/2017. No entanto apresentou como proposta o envio dos referidos relatórios para
46 subsidiar a comissão de acompanhamento na análise dos planos e relatórios das
47 entidades inscritas no conselho. Acrescentou que diante da demanda de trabalho é
48 inviável a participação direta das gestoras na análise e Visitas em conjunto com a
49 comissão de acompanhamento do CMAS. Ana Maria sugeriu que os planos de ação e
50 relatórios utilizados pelo conselho sejam padronizados, assim as OSCs poderiam
51 entregar o mesmo o plano apresentado a administração pública e ao conselho
52 evitando assim retrabalho para as entidades. Após várias discussões, Selma observou
53 que esta proposta de revisão dos instrumentos dos planos de ação e relatórios, fossem
54 analisadas pelas comissões de inscrição e acompanhamento para o próximo ano,
55 tendo em vista que a maioria das entidades já entregaram os referidos documentos,
56 conforme prazo estabelecido para entrega até 31 de abril. A conselheira Luciana
57 Alvarez, pontuou a dificuldade da comissão de acompanhamento em realizar visitas
58 para todos os serviços e OCSs inscritas no conselho, conforme deliberado em
59 reunião anterior, tendo em vista o número de entidades inscritas e o prazo para
60 terminar as análises. Ressaltou a importância das visitas, pontuou que as visitas
61 devem sim acontecer, mas no processo de acompanhamento durante todo o ano, para
62 isso se concretizar a necessidade de mais conselheiros integrando a referida
63 comissão. Apresentou como proposta um mutirão para análise dos planos e relatórios,
64 com respaldo dos relatórios apresentados pelas gestoras de parcerias, a partir dessa
65 análise avaliaria quais os serviços e OSC demandam visitas. Com relação a proposta

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

66 de padronização dos instrumentos: plano de ação e relatórios, a conselheira Luana
67 ressaltou que essa discussão já foi debatida várias vezes no conselho e deve ter um
68 encaminhamento, pontuou que enquanto representante de entidade, pode confirmar
69 como é trabalhoso ficar fazendo vários relatórios, ressaltou que o plano de ação é o
70 instrumento que norteia o serviço, não tem como fazer dois planos, dois
71 documentos, isso é retrabalho. O conselheiro Claudio Melo, concordou que tem que
72 desburocratizar, pois não dá para fazer retrabalho, pois isso implica em deixar de
73 atender para cumprir burocracia. Dando continuidade Marina, questionou qual seria a
74 metodologia definida para análise dos planos e relatórios do corrente ano: se manteria
75 a visita a todas as entidades proposta na última reunião ou se se aprovaria a proposta
76 apresentada pela conselheira Luciana, a qual comissão de acompanhamento faria
77 mutirão para avaliar os planos e relatórios com respaldo dos relatórios dos gestores,
78 as visitas de acordo com a necessidade, sendo a referida proposta aprovada pela
79 maioria. Ana Maria, informou que disponibilizaria os relatórios das gestoras para o
80 conselho até dia 7 de maio. Luciana lembrou da importância dos diretores dos
81 serviços Proteção Social Básica e Serviço de Proteção Social Especial, pudessem
82 contribuir com o mutirão. Ficou como indicação Marina da DPSB e Sara da DPSE
83 para acompanhar essa primeira etapa do referido mutirão para análise dos planos e
84 relatórios. Marina Inês observou que Marina já participa das reuniões e da mesa
85 diretora e que isso poderia sobrecarregá-la. Selma esclareceu que seria só para o
86 mutirão e não para as visitas. Foi deliberado duas datas para o mutirão sendo o
87 mesmo dia 08/05 e 15/05, ambas às 13h nas Secretaria Municipal de Assistência
88 Social.**3: Relato de comissões:** A conselheira Luciana Alvarez, relatou que
89 realizaram visita a entidade Provopar, juntamente com as conselheiras Ângela e
90 Denise. Relataram que a entidade encerrou os Serviços: Serviço de Convivência e
91 Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da
92 Inclusão Produtiva, pontuaram que orientaram a entidade que o encerramento das
93 atividades culmina no cancelamento das duas inscrições no conselho, e sinalizaram
94 a importância da entidade requerer inscrição no conselho das atividades/ trabalhos
95 que está sendo executado, pontuou que a entidade continuam recebendo doações,
96 atendem 350 entidades e 21 mil famílias. Marina apresentou para plenária o pedido
97 de cancelamento da inscrição das modalidades de serviço: Serviço de Convivência e
98 Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da
99 Inclusão Produtiva da entidade PROVOPAR, foi aprovado por 14 votos o

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

100 cancelamento das inscrições 058/12 e 059/12. Foi sinalizado a importância de
101 encaminhar ofício formalizando o cancelamento das inscrições acima citada, bem
102 como informa-los caso a entidade tenha interesse poderá requerer inscrição do
103 serviço que está sendo executado. Luciana também relatou a visita realizada para
104 Associação Londrinense de Circo, informou que a entidade irá contratar um
105 profissional de nível superior, uma pedagoga. Com relação a dinâmica do serviço,
106 informou, que a entidade já procedeu a adequação no que diz respeito ao servimento
107 da alimentação, com relação ao público atendido, informou que a entidade prioriza os
108 usuários da política de assistência social e estão atuando de acordo com a proposta e
109 metodologia de SCFV, sendo o parecer da comissão favorável pela manutenção da
110 inscrição. **Destinação de emenda parlamentar nº 28410007- Deputado Edmar**
111 **Arruda:** Conselheiro Aurélio Caetano Silva, Diretor de Gestão do Sistema Municipal
112 de Assistência Social, apresentou a proposta de Ementa Parlamentar no valor de
113 R\$100.000,00 (cem mil reais), que foi destinada ao PROVOPAR, porém como
114 serviço deixou de executar o serviço de convivência, sendo assim deixou de ter a
115 condição habilitatória para pode receber o recurso, a referida emenda foi destinada
116 para as instituições CEPAS, Guarda Mirim, Eurobase e EPESMEL. Aurélio
117 informou que o referido deputado enviou e-mail a Secretaria Municipal de
118 Assistência Social, informando sobre a destinação ao CEPAS. Considerando que as
119 instituições anteriormente aprovadas para o recebimento da emenda atendem crianças
120 e adolescentes e que algumas já foram contempladas por emendas anteriormente,
121 conforme relato do conselheiro Claudio Melo, a plenária deliberou que o referido
122 fosse discutido pela comissão de fundos deste conselho juntamente com a comissão
123 de fundo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, para avaliar
124 a divisão, com 12 votos favoráveis e 2 abstenções. A conselheira Carolina,
125 representante da entidade CEPAS, relatou que o gabinete do referido deputado,
126 encaminhou ofício para entidade, informando que a emenda seria destinada para o
127 CEPAS. O conselheiro Claudio Rufino, questionou como será a execução do recurso.
128 Aurélio relatou que o recurso será repassado via Fundo Municipal de Assistência
129 Social, o qual a Secretaria Municipal de Assistência Social, faz a aquisição e repassa
130 para entidade. Ana Maria, sugeriu que o referido recurso deveria ser destinado para as
131 entidades que assumiram as metas do Provopar, retomou que essa foi a proposta
132 deliberada anteriormente por este conselho. Diante das contextualizações a plenária
133 sugeriu três propostas que foi colocada para votação: Primeira proposta: o recurso ser

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

134 destinado para todas as entidades que atuam na modalidade de serviço de
135 convivência; segunda proposta: recurso ser destinado para a entidade CEPAS;
136 terceira proposta: retornar a discussão para comissão de fundo CMAS e CMDCA
137 definirem juntas a destinação do recurso. Foi aprovada a terceira proposta. Dando
138 continuidade, Aurélio apresentou proposta de abertura de superávit financeiro,
139 recursos externos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo
140 Estadual de Assistência Social, transferidos ao Fundo Municipal de Assistência
141 Social, para fins de reprogramação no orçamento do exercício de 2019: **Fonte: 941:**
142 Subvenção Social para PCD Especial e Oficinas para Acolhimento e CREAS no
143 valor de R\$ 479.157,76 (quatrocentos e setenta e nove mil e cento e cinquenta e sete
144 reais e setenta e seis centavos) ; **Fonte:938:** Subvenção Social para PCD Especial, no
145 valor de R\$ 54.008,68 (cinquenta e quatro mil e oito reais e sessenta e oito
146 centavos); **Fonte:939:** Subvenção Social para Acolhimento Adulto e Criança e
147 Oficinas para Acolhimento, no valor de R\$ 131.366,54 (cento e trinta e um mil e
148 trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando o valor de
149 R\$664.532,98 (seiscentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e trinta e dois reais e
150 noventa e oito centavos). A proposta foi aprovada pela maioria presente. **6.**
151 **Organização do Processo Conferencial da XIII Conferencia Municipal de**
152 **Assistência Social:** a conselheira Denise, Priscila e Paulo informaram que estiveram
153 presentes na reunião com a Secretaria de Gestão para tratarem com relação a
154 contratação do serviço de buffet, informou que houve questionamentos com relação
155 aos itens do termo de referência, mais especificamente no que se refere a utilização
156 de souplast, bem como sinalizado por parte da gestão a necessidade de retirar o
157 referido objeto do termo de referência. Denise falou que foi surpreendida pela postura
158 dos representantes e que após a discussão, avaliou que seria apenas estratégia da
159 gestão os questionamentos para não acontecer a contratação do serviço de o buffet.
160 Denise informou que Neusa permaneceu na reunião e que as demais informações
161 serão repassadas na próxima reunião ordinária. A reunião foi encerrada às 16:30,
162 sendo o que havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de Andrade, segunda
163 Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária que será
164 encaminhada para apreciação e aprovação.